

POR UMA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA NA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA?¹

POUR UNE HISTOIRE DE LA LINGUISTIQUE DANS L'HISTOIRE DE LA LINGUISTIQUE?

Christian Puech
 Université Paris III Sorbonne Nouvelle

RESUMO: Trata-se de repensar como, reflexivamente, a constituição histórica das ideias linguísticas intervêm de maneira explícita (mais ou menos explícita) nos próprios gramáticos ou linguistas em diferentes períodos. A questão que nós colocamos, em suma, é a de saber que consciência meta-histórica (ou historiográfica) gramáticos e linguistas possuem das categorias descritivas e explicativas que eles mobilizam. Qual(is) estatuto(s) concedem à temporalidade que afeta os instrumentos dos quais se servem no seu trabalho de descrição das línguas, de explicação dos fatos linguísticos? Quais “usos da história” fazem, preconizam, criticam? A dimensão histórica é uma peça essencial da “consciência disciplinar” dos linguistas? Qual o grau de pertinência explicativa dessa noção? Em quais condições ela é “objetivável”? Até que ponto o recurso que por vezes fazem ao passado da disciplina é alicerçado pelo historiador? Que nível de descrição/ explicação histórica o historiador pode ou deve considerar? Existem escansões nessa segunda temporalidade próprias ao desenvolvimento das ideias linguísticas? Onde elas se situam? De que natureza são? etc. Nós apresentamos aqui o quadro de uma pesquisa em curso.

PALAVRAS-CHAVE: meta-história; história da linguística; metodologia; epistemologia; horizonte de retrospectão; tradição linguística; temporalidade.

RÉSUMÉ: Il s'agit de ressaisir comment, réflexivement, la constitution historique des idées linguistiques intervient de manière explicite (plus ou moins explicite) chez les grammairiens ou linguistes eux-mêmes à différentes périodes. La question que nous nous sommes posée, en somme, est celle de savoir quelle conscience méta-historique (ou historiographique) grammairiens et linguistes possèdent des catégories descriptives et explicatives qu'ils mettent en œuvre. Quel(s) statut(s) accordent-ils à la temporalité qui affecte les outils dont ils se servent dans leur travail de description des langues, d'explication des faits linguistiques ? Quels “usages de l'histoire” ont-ils, préconisent-ils, critiquent-ils ? La dimension historique est-elle une pièce essentielle de la “conscience disciplinaire” des linguistes ? Quel degré de pertinence explicative cette notion possède-t-elle ? À quelles conditions est-elle “objectivable” ? Jusqu'à quel point le recours qu'ils ont parfois au passé de la discipline est-il fiable pour l'historien ? A quel niveau de la description/explication historique l'historien peut-il ou doit-il en tenir compte ? Existe-t-il des scansions dans cette temporalité seconde propre au développement des idées linguistiques ? Où se situent-elles ? De quelle nature sont-elles ? etc. Nous présentons ici le cadre d'une recherche en cours.

¹ Este artigo foi originalmente publicado em francês, sob o título “Pour une histoire de la linguistique dans l'histoire de la linguistique?”, na revista *Histoire Épistémologie Langage* (2006, pp. 9-24) da Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage (SHESL). Foi traduzido pela Profa. Dra. Thaís de Araujo da Costa, pós-doutoranda na UFF, sob a supervisão da Profa. Dra. Vanise Medeiros, e pesquisadora colaboradora na UNICAMP, sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Pfeiffer. A tradução foi desenvolvida no âmbito do programa de pesquisa coletivo “Produção e circulação na história das ideias linguísticas”, coordenado pelas Profas. Dras. Amanda Scherer (UFMS), Claudia Pfeiffer (Unicamp) e Vanise Medeiros (UFF), como uma iniciativa voltada para a promoção da circulação no Brasil dos estudos em HIL. Registram-se aqui os devidos agradecimentos a Bruno Turra, Claudia Pfeiffer, Edicarlos Aquino e Vanise Medeiros pela atenciosa leitura e revisão desta tradução.

MOTS-CLÉS : méta-histoire ; histoire de la linguistique ; méthodologie ; épistémologie ; horizon de rétrospection ; tradition linguistique ; temporalité.

Submetido em 30 de julho de 2020.

Aprovado em 18 de novembro de 2020.

Apesar da sofisticação (o esoterismo?) aparente de seu título, a temática deste artigo pode ser exposta de maneira muito simples: quando se pratica a história das ideias linguísticas, de suas diferentes tradições, de suas teorias, conceitos, instituições, mas também de seus imaginários e mitos... é bem raro que não se encontre representações do passado da disciplina. A unidade deste dossiê – no entanto, heterogêneo – reside no projeto de efetuar ao menos algumas “sondagens” na descrição dos “usos do passado” encontrados – em diferentes épocas, em diferentes tradições – no estudo da história das ideias linguísticas. Assim sendo, poderíamos ter intitulado esta pesquisa com o nome daquilo que ela deseja promover, mas que está apenas esboçando: uma história das teorias linguísticas na história das teorias linguísticas.

Evidentemente, além da obscuridade relativa da formulação – “a história da linguística na história da linguística” –, o objetivo é, sem dúvida, também inatingível. Mas as razões do fracasso esperado são talvez tão instrutivas quanto os primeiros resultados a que chegamos.

No nível “meta-”, onde nós nos situamos de fato, a temporalidade própria ao desenvolvimento das teorias linguísticas se desdobra, intervindo em dois níveis, segundo dois “regimes de historicidade” que não são sincronizados ou cuja sincronização não é dada previamente:

– No primeiro nível da construção, é preciso inicialmente admitir que as ideias e teorias linguísticas, se têm uma história, não é uma história como a do personagem Charlie Chaplin, que possui uma bengala e um chapéu. É preciso, portanto, admitir que a história, para as ideias linguísticas, não é um simples “acessório”, um “meio” no qual elas se produziriam, uma pura e simples cronologia de eventos registrados num arquivo documental sedimentado nas bibliotecas que caberia ao historiador restituir e reproduzir num esforço de erudição e numa cronologia pacífica. As ideias linguísticas não são somente produzidas “no tempo”, elas produzem a sua própria temporalidade. No fundo, só há “história das ideias linguísticas” na consciência, na elaboração e na restituição desse papel constitutivo da temporalidade, bem como no desejo de atualizar os seus

poderes constituintes. Desse ponto de vista, e nas perspectivas que admitem pontos de vista diversos, a história da linguística é uma epistemologia histórica.

– No segundo nível, porém, o desafio poderia ser o de repensar como, reflexivamente, esta constituição histórica das ideias linguísticas intervém de forma explícita (mais ou menos explícita) nos próprios gramáticos e linguistas em diferentes períodos. A questão que nós colocamos, em suma, é a de saber que consciência meta-histórica (ou historiográfica) gramáticos e linguistas possuem das categorias descritivas e explicativas que mobilizam. Qual(is) estatuto(s) concedem à temporalidade que afeta os instrumentos dos quais se servem no seu trabalho de descrição das línguas, de explicação dos fatos linguísticos? Quais “usos da história” – para retomar uma expressão que se tornou corrente entre os historiadores – fazem, preconizam, criticam? A dimensão histórica é uma peça essencial da “consciência disciplinar” dos linguistas? Qual o grau de pertinência explicativa dessa noção? Em quais condições ela é “objetivável”? Até que ponto o recurso que por vezes fazem ao passado da disciplina é afeiçoado pelo historiador? Que nível de descrição/ explicação histórica o historiador pode ou deve considerar? Existem escansões nessa segunda temporalidade próprias ao desenvolvimento das ideias linguísticas? Onde elas se situam? De que natureza são? etc.

Essas questões são, portanto, também abordadas em uma perspectiva histórica, uma vez que a dimensão histórica dos conhecimentos linguísticos é ela mesma manifestamente variável no tempo.

Retomando uma posposta já antiga de Sylvain Auroux (que reafirma aqui a sua atualidade, o seu conteúdo, os seus limites, as suas dificuldades e as suas promessas), consideramos que as ciências da linguagem se desenvolvem em *horizontes de retrospectão* estruturados segundo as épocas, os pontos de vista, as especializações. As reflexões propostas neste artigo não pretendem evidentemente realizar todo o trabalho, mas desejam pontuar alguns marcos, colocar em discussão alguns exemplos dessa estruturação dos *horizontes de retrospectão* das ciências da linguagem em épocas diferentes e segundo focalizações variadas (curta, média, longa duração/ tradições culturais, nacionais...), em tradições que nem sempre são homogêneas.

1. Algumas observações prévias

A historicidade das ideias linguísticas (primeiro nível) é cada vez mais aceita. Há cerca de trinta anos sabemos que os trabalhos de história da linguística modificaram profundamente a representação que os linguistas tinham até então de sua disciplina.

Esquemáticamente, a organização desse campo de pesquisa foi operada em pelo menos quatro direções:

– *especialização* de um domínio que não é somente um “apêndice” da linguística ou da história das ideias, pela mobilização de competências variadas (linguística, epistemologia, história, filosofia...);

– síntese de trabalhos especializados dispersos no sentido de uma possível *generalização* (nós conhecemos melhor as modalidades de desenvolvimento e de renovação das ideias linguísticas);

– crescimento da *dimensão histórico e geográfico-cultural* permitindo atualizar as continuidades numa longa duração, distinguir e articular diversas tradições, descrever mais precisamente os modos de constituição, transmissão, invenção de saberes linguísticos em uma perspectiva menos eurocêntrica;

– conhecimento mais refinado e *problematização de uma racionalidade metalinguística* articulada tanto a tecnologias fundamentais (a escrita, o tratamento automático das línguas, por exemplo) quanto ao empreendimento histórico, econômico, sociopolítico de grande escala com a “gramatização” das línguas do mundo e as transferências tecnológicas necessariamente implicadas.

Certamente, essas não são ainda conquistas propriamente ditas porque:

- a) demandam tanto um aumento da documentação, quanto a continuação da descrição e, sobretudo, um refinamento das explicações;
- b) a comunidade linguística não está em seu conjunto convencida da ideia de determinação histórica dos objetos linguísticos de que trata, pelo menos para além de uma introdução histórica das questões tratadas de caráter mais ou menos retórico e ritualizado;
- c) a organização moderna da produção científica é sobretudo voltada para o futuro: trata-se de inscrever o saber em uma “linha de progressão” que acarreta necessariamente uma superação do passado ou uma ruptura com ele (o que não implica evidentemente nenhuma atitude histórica “automática” face aos conhecimentos);
- d) a questão da relação entre a atividade científica atual de produção de conhecimentos novos e a retomada histórica do passado da disciplina permanece extremamente paradoxal. A didática do “ultrapassado” e do “sancionado”, tal como havia sido atualizada por G. Bachelard (1951) a propósito da história da física, permanece problemática no nosso campo (e provavelmente, de maneira

mais geral, no campo das ciências ditas humanas). Para Bachelard, o valor dos conhecimentos *sancionados* do passado não reside na sua *historicidade*, mas no fato de que dela escapariam radicalmente². Paralelamente, os conhecimentos *ultrapassados* do passado pertencem conseqüentemente à história, mas, assim sendo, não pertencem mais à ciência atual: eles são “pré-científicos” e remetem, segundo Bachelard, a uma *psicanálise muito metafórica do conhecimento* solidário de um *imaginário*, que se baseia, em última instância, na distinção entre ciência e não ciência, assim como a critérios de “cientificidade” que não podem ser questionados, uma vez que tomados como pressupostos;

- e) a história das ideias linguísticas lida certamente com um outro modelo de “cumulatividade”: este só pôde se desenvolver – de maneira problematizada – a partir da noção de “tradições”, bem como de uma concepção relativa da cientificidade entendida como “objeto” da investigação histórica, e não como critério dado a priori e trans-histórico. Por essa razão, não houve alternativa a não ser insistir na necessidade de distinguir, no seu desenvolvimento, “regimes de historicidade” extremamente variáveis. Esses são os regimes de historicidade para os quais este artigo tem por objetivo chamar a atenção.

É por isso que essa situação da história da linguística pode também implicar um retorno reflexivo de segundo grau sobre as categorias descritivas e explicativas que regem sua prática. Nos primeiros desenvolvimentos (internacionais) da história da linguística, foi tanto necessário quanto relativamente fácil criticar as noções “ingênuas” da historiografia dos anos 1950 e 1960 (“influência”, “precursor”, mas também concepções fortemente ideológicas e inadequadas de “corte”, periodizações aproximativas, teleologia “positivista”, mas sobretudo simplista...). A questão da especificidade eventual das categorias historiográficas da história das ciências humanas foi colocada de diferentes maneiras e relativamente cedo nos anos 1960. Os trabalhos de M. Foucault (*As palavras e as coisas*, de 1966, e *A arqueologia do saber*, de 1969) lançaram na França muito amplamente as bases de uma discussão geral sobre esse assunto. No mundo anglo-saxão, foi a noção de “paradigma”, emprestada de forma mais ou menos livre de T. Kuhn e em uma perspectiva muitas vezes rudimentar, que embasou por um tempo os debates historiográficos. No tocante à linguística e sua

² Cf. S. Auroux (1995; 2006), em que destaca o paradoxo da história dos conhecimentos científicos: se “a verdade” não tem idade, o “conhecimento” da verdade tem uma história.

história, o desenvolvimento internacional da pesquisa permitiu então emergir os *modelos historiográficos* mais ou menos complementares ou mais ou menos concorrentes³.

Desde os anos 1990 pelo menos, essa reflexão sobre as categorias historiográficas implementadas ou a implementar toma a forma de uma pesquisa muito mais ampla e sistemática. Sob o nome (a meu ver, problemático) de “meta-historiografia” (cf. entre outros: SCHMITTER, 1982 e 2003; SCHMITTER e van der WAL (orgs.), 1998; D. CRAM, 2003 e 2005; SWIGGERS e DESMET, 1998), pretende-se promover uma reflexão de segundo grau (teórica, sistemática) sobre as categorias mobilizadas por historiadores das ideias linguísticas. Esquemáticamente, essa atitude implica a distinção de pelo menos três “graus” na análise:

- a história como complexo de eventos, processos, fatos...
- a historiografia como descrição (prática de escrita) da história.
- a meta-historiografia como reflexão metodológica e epistemológica sobre os modelos historiográficos efetivamente mobilizados pelos historiadores, considerados desejáveis para o futuro da historiografia das ideias linguísticas ou para um dos seus segmentos (para retomar a expressão do historiador P. Veyne, o estabelecimento de “séries de intriga”⁴: último estágio do conhecimento histórico).

Nós podemos, claro, discutir a legitimidade desses três momentos tanto em sua distinção quanto em sua articulação: a primeira pode remeter ao círculo hermenêutico bem conhecido que alega que a compilação dos fatos já está contida num documento “narrativo”, vetor de “conhecimentos” (*Geschichtsschreibung* / *Geschichtswissenschaft*⁵ são traduzidos normalmente do alemão para o francês “historiografia” de maneira indistinta); a segunda porque o prefixo “meta-” é ambíguo e pode remeter tanto a um

³ Para uma visão “sinóptica” recente de diferentes opções existentes e da sua evolução em um relativo curto prazo, pode-se consultar – entre outros – os diferentes volumes das Atas dos colóquios ICHOLS publicadas desde o fim dos anos 70 pelas edições J. Benjamins. Em certa medida, G. Hassler e G. Volkmann eds./Hrsg, t. 1 et 2. (2004), propondo a toda a comunidade de historiadores da linguística e de linguistas que se debruce sobre “a história da linguística nos textos e nos conceitos” (título do colóquio e de suas Atas), entendem atribuir uma imagem instantânea aos problemas colocados pela articulação desejável entre história e historiografia, linguística e história das ideias linguísticas (“Um dos objetivos mais importantes da conferência foi promover o diálogo entre a linguística e sua historiografia”, prefácio p. 11). A leitura das Atas – que respondem de diferentes formas à questão levantada – dará uma ideia da dispersão desse domínio.

⁴ Nota da tradutora: em francês, “connexions d'intrigue”.

⁵ Nota da tradutora: do alemão, *historiografia* (escrita da história) e *ciência da história*, respectivamente. Em alemão, “Geschichte” significa *história*, *acontecimento histórico*, *factual*. Sendo assim, os termos mobilizados pelo autor diferem-se, ao articular a essa base, ora “-schreibung” (escrita/ redação) ora “-wissenschaft” (ciência/conhecimento).

nível superior de análise quanto à expressão consciente de uma prática em que o implícito é medido numa escala de graus, e não numa classificação de níveis distintos⁶.

Sobre o primeiro ponto, Desmet e Swiggers observam que, “bem conhecido, o termo *história* (pl. *histórias*) também é usado para se referir a uma obra/ obras que apresenta(m) os resultados da análise historiográfica” (1998, p. 31).

Sobre a segunda distinção, me parece que essa primeira dificuldade é simplesmente redobrada: a consideração de uma metalinguagem precisa, as escolhas metodológicas/ epistemológicas de uma “historiografia” qualquer, a avaliação comparada das diferentes escolhas acessíveis ao historiador, não remetem, justamente, àquilo que a tradição histórica chama de *historiografia*?

Com uma significação diferente, é frequente na França encontrar usos de *historiografia/história* calcados sobre a distinção entre *etnografia* (coletânea empírica de fatos, observação “do terreno”)/ *etnologia* (elaboração teórica de dados), em que a historiografia designa então a pura “documentação histórica” desconectada de qualquer reflexão de princípio, distinta da história propriamente dita, entendida como um narração motivada por princípios e hipóteses heurísticas. Parece-nos que esse emprego permanece extremamente marginal e que coloca quase os mesmos problemas precedentes.

Enfim, quaisquer que sejam essas questões, terminológicas ou conceituais, o nosso problema referente aos horizontes de retrospectão das teorias linguísticas não se resume, porém, a saber em que medida ou em que grau se trata aí de uma historiografia ou de uma meta-historiografia. Uma investigação sobre a tematização explícita de uma consciência histórica das descrições e das teorias linguísticas da parte dos gramáticos e linguistas implicaria de fato uma dupla investigação:

– Uma remete indubitavelmente a considerações “externas” (relativamente) muito gerais que concernem à história da “consciência histórica”, tal como a conduzem sob o nome de “história da história” – ou, tradicionalmente, “historiografia” – os historiadores. Desse ponto de vista, a análise retrospectiva na longa duração das etapas

⁶ Parece-me que há nesse ponto um paradoxo intrínseco, em outros domínios para além do histórico, aos empregos dos conceitos “meta-” e “epi-”. Se em psicologia (particularmente em psicologia da aprendizagem), o limite entre os epiprocessos e os metaprocessos é a verbalização consciente, o que ocorre com os usos concernentes aos processos da linguagem? Sabe-se bem que, de uma maneira ou de outra, será necessário assumir em um certo momento que na realidade a metalinguagem não está acima, mas *na* linguagem ou *na* língua, e traduzir em termos realistas a *emergência gradual* disso que se apresenta de início sob a forma de uma categorização discreta.

de distinção entre *Historie* e *Geschichte*⁷ operada por um historiador como R. Koselleck (1997), a promoção de uma “semântica dos tempos históricos” (1990) realizada pelo mesmo autor, a análise de “regimes de historicidade” praticada na França por F. Hartog (2003) em uma abordagem semelhante... testemunham, no campo da história, uma necessidade cada vez maior de categorias e procedimentos de investigação visando desfazer o entrelaçamento das temporalidades históricas em ação na história “vívda” e na história “representada”, na “história-objeto” e na “história-representação”. O conceito moderno de história ou historicidade, com o que ele implica de irreversibilidade do tempo, de distância relativa do passado, de modificação da representação da causalidade... é seguramente um conceito ramificado que afeta de formas diferentes as práticas humanas e a consciência que os homens tomam dela. O fato de não ser possível, nem nos contentarmos com distinções positivas divididas entre realidade histórica e representação construída, nem tampouco prescindirmos delas (sob o risco de confundir o objeto e o seu conhecimento), indica pelo menos que a história das ideias linguísticas, praticada por um longo período e em tradições diversas, só pode ser praticada em uma *tensão* que não se trata nem de assumir sem exame nem de contornar: mudança e continuidade, história “interna” e história “externa”, invenção e transmissão, retrospecção e projeção, disciplinaridade estrita e profusão de “interesses de conhecimento” teóricos, práticos, sociais, acúmulo e progresso...⁸

A história das disciplinas linguísticas é uma prática de conhecimento (mensurável) que diz respeito a outras práticas de conhecimento (igualmente mensuráveis) produzidas, tanto aquela quanto estas, em temporalidades heterogêneas que não se permitem, porém, facilmente prender em uma distinção dividida entre ciência e não ciência. As noções de “tradição” gramatical e linguística, a de “ideias linguísticas”, exprimem à sua maneira (empírica) essa tensão entre continuidade e invenção ou descoberta, mas também entre história, historiografia e meta-historiografia. Na longa duração do desenvolvimento das ideias linguísticas, na diversidade dos modos de hibridação de tradições geograficamente situadas e também “deslocalizadas”, na diversidade dos interesses de conhecimentos em que se investiu ao longo da história, o

⁷ Nota da tradutora: como explicado na nota 5, em alemão, “Geschichte” significa *história, acontecimento histórico, factual*. “Historie”, por seu turno, diz respeito à elaboração histórica, narrativa, conto ou ainda relato a partir de experiência/vivência.

⁸ Cf. Auroux ([org.] 1989-2000, tomos 1, 2 e 3) e também a primeira bienal de história das teorias linguísticas (2004) “Constituição, transmissão, circulação de saberes relativos à linguagem”, disponível em: <http://ecolethem.ens-lsh.fr/>.

recurso ao passado das representações metalinguísticas parece ser, ao mesmo tempo, uma constante e um conjunto de variáveis.

– Por conseguinte, a outra investigação remete a considerações próprias ao domínio, à especificidade do objeto, à noção mesma de “tradição” linguística em toda sua contingência empírica. O “continuismo” implicado pela noção de tradição exige que nos debruçemos sobre a noção mesma de “passado” para torná-la menos compacta, mas também para restituir o seu valor constituinte: tudo indica nesse domínio que a adoção de um historicismo – para o qual os critérios de racionalidade, fonte de saberes cumulativos, são eles próprios variáveis historicamente – não faz retornar a um relativismo sem princípio, nem à justaposição de paradigmas estanques, nem a uma dialética, mesmo sofisticada, entre o “ultrapassado” e o “sancionado”.

Não é nas disciplinas de baixa cumulatividade (nas quais a taxa de reinscrição dos conhecimentos é relativamente baixa; cf. AUROUX, 1980) que a lógica histórica dos recursos ao passado é, ao mesmo tempo, a mais indispensável e, sem dúvida, a menos evidentemente regulada?

É esta característica que nos convida a nos debruçarmos sobre os “usos da história” praticados por gramáticos e linguistas em diferentes épocas e a integrá-los numa historiografia que se pretende consequente.

2. Alguns marcos

Para além dessas considerações bastante gerais, “a história da linguística na história da linguística” intervém, portanto, em épocas e lugares determinados dos quais nós tentamos recortar alguns momentos que nos pareceram privilegiados porque poderiam ajudar a caracterizar algumas atitudes típicas.

Em um primeiro momento, parece inevitável reconhecer que qualquer recurso ao passado não é ainda uma *história* no sentido moderno do termo, ou seja, no sentido que se passa a ouvir de fato no século XVIII.

No século XVI, recorrer a uma Autoridade do passado (recomendando-a ou demarcando-a), para assegurar a legitimidade do seu próprio discurso, pode manifestar apenas uma vontade de diálogo entre opiniões que o tempo não afeta em profundidade. Como mostra B. Colombat a propósito de Linacre (1524), Scaliger (1540), Ramus (1569), Sanctius (1587), uma *doxografia* sem verdadeira profundidade histórica, uma coletânea de opiniões onde modernos e antigos dialogam igualmente em um espaço de discussão fundamentalmente *contemporâneo*, constitui uma espécie de compilação de

“verdades” e de “erros” cuja idade, sucessão numa temporalidade irreversível de valor causal, explicativa, pouco importa. Em tal quadro, o erro e a verdade não são diretamente produzidos por uma *historicidade* qualquer, mas por um sistema axiológico de valores que pode sempre ser ritualizado em uma cronologia reversível. Para o historiador da linguística de hoje, trata-se, pois, de um mesmo movimento de reconstruir esse sistema de referências para indexá-lo e de tomar consciência ao mesmo tempo que, desse modo, ele historiciza o que não estava historicizado. As condições de observação transformam aqui a natureza mesma do objeto de investigação.

Em uma outra extremidade do espectro, na ciência moderna tal qual se instituiu no curso do século XIX e tal qual se realiza no século XX, é incontestavelmente a ideia de *progresso* que regula de maneira relativamente paradoxal a relação das teorias linguísticas com o seu passado.

– De fato, instala-se um modo de exposição, possivelmente emprestado das ciências da natureza, que passa por uma “exposição histórica” das questões tratadas. Encontramos esse dispositivo de exposição na maioria das ciências humanas, é ele que, à imagem dos tratados médicos ordinários, e para tomar apenas um único exemplo familiar, abre *A interpretação dos sonhos*, de Freud.

D. Savatovsky (2006) mostra que a transição do século XIX para o século XX é um período particularmente fecundo em retrospectão desse tipo. Ele mostra ao mesmo tempo que esse esforço retrospectivo, quando é empreendido pelos próprios linguistas, encontra seu lugar em um momento de *crise* da disciplina e se inscreve por vezes em dispositivos anexos (prefácios: DELBRÜCK, 1880; advertências: MEILLET, 1903; capítulos de abertura: WHITNEY, 1875...). Cada vez com mais frequência, todavia, parecem constituir o objeto de obras completas (BENFEY, 1869; RAUMER, 1870; BURSIA, 1883...) que regulam a dimensão da investigação histórica (curta/ média/ longa duração) em duas finalidades complementares:

– De um lado, retorna-se aos pontos nodais que marcaram a crise restituindo os dados que cadenciaram o desenvolvimento científico, que constituíram os saberes, que instalaram as aporias, os obstáculos superados ou ainda por superar. Ora, parece-nos que é nesse momento de encerramento de um período – relativamente longo para as ciências da linguagem – de *cumulatividade* dos resultados científicos – ainda que essa cumulatividade da gramática histórica e comparada seja ameaçada pela crise das leis fonéticas – que a história emerge como uma peça essencial de um dispositivo *crítico*,

menos voltado para o passado como fonte de valores científicos que como apoio para as novas fundações e refundações (a linguística geral).

– De outro lado, será uma coincidência ser na transição entre os dois séculos, e no final dessa crise, que se afirma, com mais insistência e segundo uma temática prometida, um longo futuro no qual se torna necessário que a história ponha um fim na reivindicação da *autonomia* da disciplina linguística, autonomia que não cessará de ser ao mesmo tempo retomada, disputada e contestada, especialmente na posteridade saussuriana, mas também além dela?

Em 1916 em todo caso, Bally e Sechehaye não hesitaram em abrir sua versão do *Curso de Linguística Geral* com o breve e famoso “Visão geral sobre a história da linguística” que precede de maneira significativa o capítulo consagrado ao exame da “Matéria e tarefa da linguística” e aquele que define o “Objeto da linguística”. O caráter parcial dessa curta exposição é bem conhecido: história *ad hoc* (na qual Saussure não tem evidentemente exclusividade) que visa antes de tudo instalar o “novo” (a linguística é uma ciência histórica, o ponto de vista “gramatical” é definitivamente ultrapassado, a diacronia não é a história...) como base de uma *disciplina* que não podemos reduzir ao seu passado e que prepara para uma verdadeira conversão de ponto de vista. Como sabemos, é a semiologia – ou seja, uma disciplina a ser integralmente constituída – que constitui, segundo Saussure, o futuro ou, mais exatamente, o ideal regulador da futura linguística geral.

Assim, a redação desse capítulo por Bally e Sechehaye exprime, é claro, primeiramente a vontade dos dois redatores de colocar Saussure como Mestre: essa “historiografia” não está longe de uma hagiografia indireta. Mas, para além disso, se consideramos o breve parágrafo que, no *Curso*, projeta o futuro da linguística sobre o da semiologia, percebemos bem que esse recurso à história é apenas uma peça de um *dispositivo disciplinar do conjunto* para o qual o domínio da temporalidade do desenvolvimento científico se tornou um desafio consciente de primeiro plano. Essa famosa “visão geral” não é uma introdução em um sentido puramente retórico, ela é um agenciamento estratégico da memória com vistas ao futuro da disciplina.

Para o historiador da linguística de hoje, o que fazer desse tipo de representação do passado? Podemos (devemos) denunciar a sua parcialidade e relativa falsidade. Nós devemos, indubitavelmente, também lhe restituir a lógica, a finalidade, a eficácia para além da sua própria letra.

Na historiografia de Saussure e do saussurismo, esse tipo de representação serviu ora para avaliar uma ruptura radical com a linguística histórica e comparada, ora para restabelecer, contraditoriamente, uma continuidade em relação a ela. Na herança saussuriana, serviu para argumentar (não sem contradições e hesitações) em favor da ideia de uma refundação completa da disciplina (Cf. CHISS; PUECH, 1999). Nas diferentes versões do estruturalismo, a partir do fim dos anos 1920, é Saussure e o *Curso* que vão se tornar a referência, senão única, ao menos principal e primordial, das Escolas que modularão a “referência a Saussure” a partir da matriz disciplinar de que constituem a sua “herança” (PUECH, 2000). É de uma certa maneira essa “matriz” que é hoje ainda discutida em todas as partes. Notaremos, por fim, que essa breve “visão geral histórica sobre a história da linguística” é como vetorizada pela distinção entre linguagem, língua e fala, ou seja, a tripla distinção que será, ao mesmo tempo, a mais retomada e a mais discutida na posterioridade saussuriana, fornecendo, desse modo, o texto saussuriano (o *Curso* e não as fontes manuscritas) uma base de *convergência* e de *dispersão* tanto para as diferentes escolas do estruturalismo (Praga, Copenhague, Nova Iorque...) quanto para a “saída” do estruturalismo.

Poderíamos, sem dúvida, seguir essa divisão em Escolas a partir de uma referência comum, característica em muitos aspectos de uma organização “moderna” da produção científica, e notar que o papel (infinitamente discutível e, aliás, infinitamente discutido) atribuído a Port-Royal pelo gerativismo testemunha, igualmente à sua maneira, um uso “estratégico” do passado na constituição de teorias, na emulação científica e na aquisição de um estatuto cultural dos resultados e das hipóteses mais contemporâneas pela “filiação”. Da mesma forma, essa noção de “filiação” exigiria ela própria ser questionada. Seu teor em historicidade jamais é evidente, nem mesmo estabelecido: a alusão privilegiada a um fundador (que é ele mesmo somente uma referência sem referência assegurável) só pode ser histórica na aparência. Possivelmente, trata-se mais de uma questão da ordem da legitimidade e da legitimação que da ordem de uma historicidade causal. Do nosso ponto de vista – que é o de uma epistemologia histórica descritiva e neutra – essa questão nos convida a debruçar sobre o papel real dos “textos fundadores” na história das ideias linguísticas. Retomando o exemplo já tão debatido do *Curso de Linguística Geral* e do seu papel na história das ideias linguísticas contemporâneas, me parece que há hoje duas maneiras de considerar o seu estatuto:

– ou se considera que foi o *Curso* que efetivamente desempenhou um papel *seminal* na gênese dos diferentes estruturalismos como se o texto possuísse em *si mesmo* e de maneira *virtual* sua historicidade, o princípio do seu futuro;

– ou se procura a *produtividade histórica* desse texto na maneira como foi referido, como lhe foi feita referência, buscando caracterizar o mais precisamente possível os “modos de referência” e as reconstruções das quais ele foi objeto nos mais diversos contextos científicos, culturais e institucionais.

No primeiro caso, vê-se bem que a referência a um texto do passado não nos faz abandonar um *presenteísmo* profundamente a-histórico: tudo se resume à leitura de um texto e às leituras de leituras que foram feitas. A questão da *literalidade* do texto, se confundindo com a da sua *verdade* e permitindo pensar que uma *boa* leitura é um retorno ao *verdadeiro* texto (aquele que nos esconderam, que desfiguraram, que nós encontramos por coincidência, que nós vamos encontrar...), permitirá fazer um retorno ao Saussure *autêntico* e permitirá igualmente desenhar para a linguística um futuro do qual ela fora abusivamente privada. Não é suficiente mais então apenas se autoproclamar o Arauto desse futuro indefinidamente aberto... (cf. RASTIER, 2004; BOUISSAC, 2001 – embora ambos defendam um retorno “histórico” a Saussure, a questão, porém, é: qual o sentido aqui do termo história?).

No segundo caso, trata-se de considerar o texto de 1916 sobretudo como uma *matriz projetiva e produtiva*, suficientemente poderosa para ordenar uma série de projetos científicos conexos (a linguísticas dos Círculos, o estruturalismo “generalizado”, as semiologias etc.), mas também fundamentalmente concorrentes e dispersos. (Para esse ponto de vista “minoritário”, cf. PUECH, 2000 e 2005; TRABANT, 2005).

No entanto, seria sem dúvida errado limitar esse recurso ao passado, seja na “doxografia” de uma era “pré-moderna”, seja nessa dinâmica, ao contrário, bastante moderna das Escolas concorrentes que, empenhadas em consolidar sua supremacia disciplinar sobre o domínio do passado, em última análise, contam com uma manipulação substancialmente *presentista* desse passado.

Como bem mostram J.M. Fournier e V. Raby (2006), a história da Gramática Geral, contanto que a inserimos na relativa longa duração que engloba de Port-Royal ao primeiro terço do século XIX, oferece à observação algumas características interessantes:

– Na longa duração, vê-se bem mudar o caráter do recurso ao passado: de interlocutor “presente”, o gramático se torna o “predecessor” ou o “sucessor”, o “mensageiro” ou o “obstáculo”, numa cronologia ordenada e num horizonte de retrospectão onde as lacunas têm tanta importância quanto as “menções” explícitas. Na herança da gramática geral, encontra-se, assim, a estabilidade de uma historicidade na média duração em que a capacidade disciplinar (para prevenir o risco de desintegração da disciplina em função do seu desenvolvimento) implica o retorno reflexivo *pela* história que, apesar de parcial, se coloca a serviço de uma coerência (relativa) que se tenta recuperar no seu futuro.

– Desse ponto de vista, o estudo das modalidades de referência aos gramáticos do passado é particularmente interessante. Demonstra uma evolução do século XVI ao início do século XIX orientada, simultaneamente, por um crescimento quantitativo e por uma diversificação qualitativa.

No que respeita, por exemplo, ao que J. M. Fournier e V. Raby nomeiam a “representação autoral”, observa-se que, quanto maior o número de referências, mais se diversificam as modalidades dessas referências (citação literal, descrições definidas, antonomásia, alusões...) e mais se coloca a questão da profundidade do horizonte de retrospectão (curta, média, longa duração). É sem dúvida nos ideólogos que se afirma a melhor prática de uma história “seletiva” associada à delimitação, na tradição conhecida, de itinerários históricos mais adequados a seus (diferentes) projetos.

– Todavia, a representação explícita de uma continuidade disciplinar – em relação à qual cabe mensurar o grau de inovação – não se limita à designação de autores do passado. Ela concerne também à identificação de *tradições* mais ou menos desconexas que a narração histórica reúne em um relato mais ou menos unificado. *Nossos gramáticos, os gramáticos, os Senhores...* são os designadores coletivos que, simultaneamente, agregam e separam. Eles inscrevem as teorizações presentes em um horizonte retrospectivo de valor descritivo e explicativo e postulam uma *tradição* na qual se calcam para eventualmente superá-la.

– Por último, assiste-se ao nascimento ou ao desenvolvimento de verdadeiros “gêneros” retórico-científicos. Com as *compilações*, as *bibliotecas* mais ou menos especializadas (desde GOUGET, 1740), não se abandona necessariamente a *doxografia*, mas o encadeamento cronológico elabora um outro modo de relação com o passado, um outro regime de historicidade com valor *enciclopédico*.

Este afirma-se sobretudo entre 1793 e 1819, com a emergência de textos que tomam explicitamente a longa duração da história da gramática como objeto (THIÉBAULT, 1793; THUROT, 1796; HENRY, 1812; LANJUINAIS, 1816; VOLNEY, 1819 – cf. AUROUX, 1986). Segundo as diferentes modalidades, trata-se para Thurot et Lanjuinais de:

- a) encontrar nessa longa duração as premissas da gramática geral;
- b) contextualizar a emergência dessa última em um itinerário de progresso do espírito humano que considera fatores externos (como a tomada de Constantinopla, por exemplo);
- c) lutar contra a dispersão de seus interesses de conhecimento ligado à erudição;
- d) projetar (Lanjuinais) o futuro da disciplina: a comparação de línguas conhecidas.

Esse itinerário, aqui rapidamente resumido, indica que no século XVIII se inaugura um modo de autoconsciência da disciplina pelo qual a historicidade dos instrumentos de descrição e de análise se torna uma peça essencial de sua própria análise: o tempo não é mais um “meio”, mas o motor de uma dinâmica científica que possui uma origem, uma atualidade e um futuro projetado.

É evidente, contudo, que essa historicidade recuperada por ela mesma não tem sempre como única finalidade a autorrepresentação da ciência em andamento. Para Thurot e Lanjuinais, a história da gramática tem como motor uma tensão – a qual se pode considerar que já havia sido colocada em questão por Beauzée – entre “o que é comum a todas as línguas” e o que é “comum a diversas línguas”. Sylvie Archaimbault (2006) estuda, por sua vez, uma outra modalidade de historicização da gramática no cenário nacional russo. De Lomonosov (1758) a Vinogradov (1947; 1955), é a uma verdadeira monumentalização da gramática e dos gramáticos a que assistimos. Pode-se acrescentar que o caso russo não é um caso único. Na França, sabe-se que *a História da Língua Francesa de F. Brunot*, “lugar de memória” reconhecido, desempenha um papel similar, em um contexto diferente. O que caracteriza a inquestionável originalidade do caso russo são dois aspectos, especificamente identificados como:

- de um lado, a monumentalização conjunta da língua russa, da gramática “nacional” e dos gramáticos nacionais;
- de outro, o complexo jogo entre tradições científicas “exteriores” e tradições nacionais.

Entre particularismo e integração, entre celebração da língua e celebração da gramática, entre documento e monumento, entre gramática geral e gramática comparada, gramática comparada e tradição nacional... a consciência histórica reflexiva visa, antes de mais, à construção de uma representação da gramática e de seus gramáticos fortemente correlacionada com a história “externa”. É, seguramente, essa correlação, relativamente estável em sua forma, que explica o fato de uma mesma matriz histórica se repetir e se modular séculos depois: a afirmação de uma língua *nacional*, fortemente identificada à língua literária, se mantém até os anos 1950. Assim, Vinogradov promove em 1955 uma “estilística funcional” que permite derivar uma regulamentação administrativa das práticas linguísticas de uma bem hipotética diferenciação natural da língua. A história da consciência metalinguística (da gramática e da linguística) se confunde nesse contexto com uma política da língua e uma política geral.

Certamente, haveria outros exemplos dessa historicização “ad hoc” das ideias linguísticas. Seria certamente proveitoso procurar outros exemplos nas tradições (políticas, religiosas, culturais...) mais distantes de nós (cf. CHEVILLARD, 2007) sobre a monumentalização, divinização, mitologização de uma linhagem de gramáticas e gramáticos tãmulos para um exemplo específico dessa monumentalização).

Faz-se necessário concluir?

Pode-se, seguramente, manter a distinção terminológica entre história, historiografia e meta-historiografia. Desde que estabilizada, ela será útil.

Por outro lado, pode-se confiar totalmente nela, do ponto de vista da conceituação da prática do historiador das ideias linguísticas? Obviamente, a história (como processo, problematizações metalinguísticas produzidas, regulação de práticas linguísticas, normatização de línguas...) é desde o primeiro nível da análise um empreendimento situado no tempo. Enquanto tal, ela constrói as representações situadas numa escala temporal que vai do tempo mítico (historicização “monumental”), ao tempo doxográfico (que só se serve do passado como operador de atualização do “contemporâneo”), ao tempo descritivo e causal (que distingue na sucessão das épocas uma série de causas), a finalmente uma temporalidade, a um só tempo, afirmada (o “progresso” introduz um diferencial em relação ao passado) e negada (se esse progresso é determinado por um texto, uma corrente, um herói que desempenha o papel de uma origem).

Se pensamos que a história das ideias linguísticas não é o produto de um simples gosto bastante mórbido por antiguidade, que a prática de uma atividade metalinguística voltada para o conhecimento é ela mesma conhecimento, devemos considerar essas representações da temporalidade como parte integrante do objeto do historiador. A ele, cabe discernir o que nos gramáticos e nos linguistas se destaca como uma autorrepresentação interessada e construída e o que se destaca como séries causais e explicativas efetivas. Para uma história da linguística na história da linguística.

Referências

AARSLEFF, Hans; NIEDEREHE, Hans-Josef; KELLY, L. G. (orgs.). *Papers in the history of linguistics: proceedings of the Third International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS III)*, Princeton, 19-23 August 1984. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins Pub. Co., 1987 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of the language sciences; v. 38].

AHLQVIST, Anders (org.). *Diversions of Galway: papers on the history of linguistics from ICHoLS V*, Galway, Ireland, 1-6 September 1990. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins Pub. Co., 1992 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of the language sciences; v. 68].

AUROUX, Sylvain. “L’histoire de la linguistique”. In: *Langue française* 48, pp. 7-15, 1980.

_____. (org.). *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques = Essays toward a history of linguistic theories (Actes du Iie colloque ICHoLS, Lille 1982)*. Lille, Université de Lille III: Diffusion P.U.L., 1984.

_____. “Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de rétrospection”. In: SCHMITTER, Peter (org.). *Geschichte der Sprachtheorie 1: Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik*, Tübingen, Gunter Narr, pp. 20-42, 1987 [1ère parution en 1986 dans Archives et Documents de la SHESL, 7, 1-26.]

_____. (org.). *Histoire des idées linguistiques, la naissance des métalangages en Orient et en Occident*. Liège: Mardaga, 1989. [coll.: Philosophie et Langage].

_____. (org.). *Histoire des idées linguistiques, le développement de la grammaire occidentale*. Liège: Mardaga, 1992 [coll.: Philosophie et Langage].

_____. “L’histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique”. In: *Le gré des langues*, 8, pp. 40 – 63, 1995.

_____. (org.). *Histoire des idées linguistiques, l’hégémonie du comparatisme*. Liège: Mardaga, 2000 [coll.: Philosophie et Langage].

_____. (org.). *History of Linguistics 1999*: selected papers from the Eighth International Conference on the History of the Language Sciences, 14-19 September 1999, Fontenay-St. Cloud. Amsterdam, Philadelphia, PA: J. Benjamins Pub., 2002 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of linguistics, v. 99].

_____. Les modes d'historicisation. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006. Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection. pp. 105-116.

BACHELARD, Gaston. *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris: P. U F., 1951.

BOUISSAC, Paul. "Does Saussure still matter?". 2002. Disponível em: <http://www.semioticon.com>.

CHEVILLARD, Jean-Luc. "The Pantheon of Tamil grammarians: a short history of the myth of Agastya's twelve disciples". In: COLAS, G. & GERSCHHEIMER, G. (org.), *La Transmission des textes en Inde*, 2007 [actes d'un atelier qui s'est tenu en 2005 à la Maison de l'Asie].

CHISS, Jean-Louis, & PUECH, Christian. *Le langage et ses disciplines: XIXe-XXe siècles*. Louvain, Paris: Duculot, 1999 [coll.: Champs linguistiques. Manuels].

CRAM, David, LINN, Andrew Robert, & NOWAK, Elke (orgs.). *History of linguistics, 1996*: selected papers from the Seventh International Conference on the History of the Language Sciences (ICHOLS VII), Oxford, 12-17 September, 1996. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 1999 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of the language sciences, v. 94-95].

CRAM, David. "De Gustibus Metahistoricis". In: DUTZ, K.D. (org.) 2003, pp. 11-22.

_____. "Shelf Life and Time Horizons in the Historiography of Linguistics". In: Actes de ICHoLS X (Urbana Champaign 2005), Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2006.

DUTZ, Klaus D. (org.). *Später Mittag: Vermischte Anmerkungen zur Metahistoriographie*. Münster: Nodus publikationen, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966 [coll.: Bibliothèque des sciences humaines].

_____. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969 [coll.: Bibliothèque des sciences humaines].

FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie. "Formes et usages du discours historiographique chez les grammairiens français". In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006. Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection. pp. 51-75.

FREUD, Sigmund. *Die Traumdeutung [L'interprétation des rêves]*. Leipzig Wien: F. Deuticke, 1900.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Editions du Seuil, 2003 [coll.: La Librairie du XXIe siècle].

HABLER, Gerda & VOLKMANN, Gesina (orgs.). *History of linguistics in Texts and Concepts - Geschichte der Sprachwissenschaft in Texten und Begriffen*. Münster: Nodus publikationen, 2004.

JANKOWSKY, Kurt R. (org.). *History of linguistics, 1993: papers from the Sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*, Washington, D.C., 9-14 August 1993. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 1995 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of the language sciences, v. 78].

KOERNER, E. F. K. (org.). *Progress in linguistic historiography: papers from the International Conference on the History of the Language Sciences (Ottawa, 28-31 August 1978)*. Amsterdam: Benjamins, 1980 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of linguistics; v. 20].

KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris : Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1990 [coll.: Recherches d'histoire et de sciences sociales].

_____. *L'expérience de l'histoire*. Paris : Ed. Gallimard, Le Seuil, 1997 [coll.: Hautes études].

KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962 [Also issued as Vol. II, No. 2, of the International encyclopedia of unified Science].

NIEDEREHE, Hans-Josef, & Koerner, E. F. K. (orgs.). *History and historiography of linguistics: papers from the Fourth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS IV)*, Trier, 24-28 August 1987. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co., 1990 [coll.: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the history of the language sciences, v. 51].

PUECH, Christian. "L'esprit de Saussure – Paris contre Genève: l'héritage saussurien". In: *Modèles linguistiques* 20, pp. 79-93, 2000.

_____. "L'émergence de la notion de discours en France et les destins du Saussurisme". In: *Langages* 159, pp. 93-110, 2005.

RASTIER, François. "Saussure au futur : écrits retrouvés et nouvelles réceptions. Introduction à une relecture de Saussure". 2004. Disponível em : <http://www.revue-texto.net/Saussure/>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition de C. Bally & A. Sechehaye. Lausanne, Paris: Payot, 1916.

SAVASTOVSKY, Dan. Meillet historiographe du comparatisme. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006. Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection. pp. 89-104.

SCHMITTER, Peter. *Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik: Struktur, Methodik, theoretische Fundierung*. Tübingen: G. Narr, 1982 [coll.: Tübinger Beiträge zur Linguistik].

_____. *Historiographie und Narration*. Metahistoriographische Aspekte der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik. Seoul / Tübingen: Sowadalmidia / Narr i.K., 2003.

SCHMITTER, Peter et WAL, Marijke J. Van Der (orgs.). *Metahistoriography: theoretical and methodological aspects of the historiography of linguistics*. Münster: Nodus Publikationen, 1998.

SWIGGERS, Pierre, DESMET, Piet et JOOKEN, Lieve. “Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography”. In: SCHMITTER, Peter et VAN DER WAL, Marijke J. (orgs.). *Münster*. Nodus Publikationen, pp. 29-59, 1998.

TRABANT, Jürgen. “Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes, item sur l'étymologie saussurienne”. In: *Langages* 159, pp. 111-124, 2005.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1996 [coll.: Points].